

Fls.

**Processo: 0042973-16.2021.8.19.0038**

## Processo Eletrônico

Classe/Assunto: Recuperação Judicial - Concurso de Credores / Recuperação Judicial e Falência

Autor: DROGARIA GALANTI DE NOVA IGUAÇU LTDA. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL  
Administrador Judicial: MATUCH DE CARVALHO ADVOGADOS ASSOCIADOS

---

Nesta data, faço os autos conclusos ao MM. Dr. Juiz  
Simone Lopes da Costa

Em 12/07/2023

### Decisão

Trata-se de pedido de Recuperação Judicial, formulado pela sociedade empresária DROGARIA GALANTI DE NOVA IGUAÇU LTDA., com fundamento nos artigos 47 e seguintes da Lei nº 11.101/2005, alegando que é uma reconhecida rede de drogarias situada no Estado do Rio de Janeiro, fundada em 1994, tendo conquistado uma clientela fiel com uma forma de atendimento diferenciado, o que lhe permitiu um crescimento sustentável ao longo dos anos, superando as dificuldades impostas pela economia nacional.

Afirma que abriu sua primeira filial no ano de 2001 e, desde então, iniciou seu processo de expansão territorial, contando atualmente com sua sede neste município de Nova Iguaçu e o total de 29 unidades espalhadas por 10 municípios do Estado do Rio de Janeiro, além de mais de 1.000 colaboradores trabalhando em prol do desenvolvimento da empresa, dentre os quais cerca de 850 empregados diretos e aproximadamente 3.000 empregos indiretos.

Participa que viu suas vendas chegarem ao patamar mais baixo nos últimos meses, chegando a faturar nos meses de outubro, novembro e dezembro de 2020 entre R\$11 milhões e R\$12,3 milhões, tendo sido a queda no faturamento, quando comparada aos mesmos meses de 2019, de respectivamente 53,35%, 53,51% e 49,81%.

Finalmente, afirma a requerente que o cenário atual é passageiro, confiando que irá superar o momentâneo problema de faturamento e fluxo de caixa com o processamento de sua recuperação judicial, que se faz útil e necessário, sendo certo que resultará em uma importante equalização de seu passivo e manutenção de suas atividades e benefícios sociais daí advindos.

Discorre acerca de sua viabilidade econômica e operacional, que será reforçada por meio da reestruturação do passivo no ambiente da recuperação judicial, com o aperfeiçoamento de medidas de gestão e controle de custos - algumas já em curso, contando com empresa de consultoria externa para tal.

Complementa o pedido informando que já existe uma significativa melhora nas vendas, que indica um crescimento em até 80% (oitenta por cento) em uma de suas unidades, sendo certo que, embora possua um grau considerável de endividamento, todas as suas dívidas são gerenciáveis, e não existem medidas executivas em curso contra si.

Requer, de início, o deferimento de sua recuperação judicial, nos termos do artigo 52 da Lei nº 11.101/2005, com a nomeação de um administrador judicial e a suspensão de todas as ações ou execuções contra si, proibindo-se toda e qualquer forma de constrição judicial ou extrajudicial por débitos concursais e/ou indicados na lista de credores (artigo 6º, inciso III, da LRF), comprometendo-se a apresentar, mensalmente, enquanto perdurar a recuperação judicial, a documentação e os demonstrativos contábeis exigidos por Lei.

As fls. 618/620 foi deferido o processamento da recuperação judicial da sociedade empresária.

No mais, tendo em vista que o processo já conta com mais de 9500 folhas, que geraria um extenso relatório, adoto o relatório minucioso acostado pelo MP de fls. 8622/8651, que passará a fazer parte integrante a presente.

Em destaque, (a) o Ministério Público requereu nas fl. 8.572 a remessa do feito à Delegacia de Defraudações, requisitando a instauração de inquérito, diante dos indícios da prática dos crimes previstos nos arts.168 e 178, da Lei 11.101/05; (b) as fls. 8653 o ilustre membro do Parquet requereu a convalidação da recuperação em falência diante da certidão do OJA atestando que diversos pontos da recuperanda se encontram fechados e do fato da recuperanda sequer ter recolhido as custas para realização da Assembleia Geral; (c) a credora Prisma Serviços Técnicos Ltda. teceu ponderações na fl. 8.554 no sentido de que a Recuperanda se beneficiou de tudo que podia no curso da Recuperação Judicial, encerrando as atividades em despropósito com o compromisso de salvar a empresa, postulando a imposição de restrições aos sócios de se ausentarem do país e a apreensão da CNH, com a revogação dos efeitos da Recuperação Judicial; (d) o Oficial de Justiça compareceu no endereço localizado à Rua Getúlio Vargas, 90, Nova Iguaçu, encontrando o local fechado, noticiando o encerramento das atividades e certificando o retorno negativo da intimação dos sócios da Recuperanda às fls. 8.694 e 8.695.

Novos patronos da recuperanda habilitados as fls. 8753.

Fls. 8760 - Fundo Sifra comunica as fls. 8.760-8.762, repetidamente apresentado às fls. 8.873-8.875 e às fls. 8.986-8.988, fls. 9.099-9.101 e fls. 9.212-9.214, solicitando a imediata composição de acordo da dívida contraída na modalidade dip financing no valor de R\$3.686.654,69 (três milhões e seiscentos e oitenta e seis mil e seiscentos e cinquenta e quatro reais e sessenta e nove centavos), os quais atualizados perfazem o valor de R\$3.723.521,24..

Fls. 9342 - PRISMA SERVIÇOS TÉCNICOS LTDA, informando que não há nos autos qualquer esclarecimento quanto ao fechamento de suas unidades, tampouco qualquer satisfação quanto ao não cumprimento das obrigações determinadas pelo Juízo, informando que a recuperanda se encontra retirando todo o maquinário concernente a manipulação de equipamentos na calada da noite e requer a lacração dos estabelecimentos e arrecadação dos bens, bem como seja declarada sua quebra.

Fls. 9366/9371 Ministério Público informa a instauração do procedimento investigatório criminal em vista da decisão de fls. 8591/8592 no curso da recuperação judicial.

Fls 9401 Manifestação do Administrador Judicial, informando que o Oficial de Justiça compareceu em horário comercial na sede da Recuperanda, localizada na Travessa Almerinda Lucas de Azevedo, nº 60 e na filial localizada a Rua Governador Amaral Peixoto, nº 324, ambos em Nova Iguaçu, encontrando os locais fechados, com aparência de estarem vazios e sem funcionamento, certificando o ocorrido a fl. 8.575. Diligenciou por todas as filiais e sede da empresa, restando confirmado encerramento de todas as atividades da Recuperanda e

a falta do preenchimento dos requisitos contidos nos arts. 47 e 48, da Lei 11.101/05, para prosseguimento do procedimento de recuperação judicial. As fls. 9438 noticia que houve a demissão de todo quadro de funcionários da Rede de Drogarias, desprovendo, por completo, a guarda e segurança dos bens, livros e documentos contábeis da empresa.

Esclarece que mesmo tendo o dever de comunicar o encerramento das atividades ao Administrador Judicial, na forma do art. 171, da LRE, a Recuperanda optou por omitir informações relevantes, como já fazia no curso do procedimento de recuperação judicial. Por este motivo, faz os requerimentos de fls. 9445.

Fls. 9561 e seguintes - Requerimento do Banco Sofisa requerendo a liberação da trava bancária.

É o relatório. Passo a decidir.

A Lei nº 11.101, de 09.02.05, inspirada nas legislações mais avançadas do mundo, introduziu grandes modificações no direito falimentar brasileiro, relevando acentuar a possibilidade de o devedor que atravessa dificuldades em seu negócio apresentar um plano de recuperação a fim de evitar a decretação da sua falência. Adotou, portanto, o consagrado princípio da preservação da empresa, expressamente destacado no seu art. 47:

"Art. 47 - A recuperação judicial tem por objetivo viabilizar a superação da situação de crise econômico-financeira do devedor, a fim de permitir a manutenção da fonte produtora, do emprego dos trabalhadores e dos interesses dos credores, promovendo, assim, a preservação da empresa, sua função social e o estímulo à atividade econômica".

Tal finalidade deve ser interpretada à luz da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, que elenca no seu art. 170 os princípios norteadores da atividade econômica, dentre eles, a função social da sociedade empresária. Mas, o princípio da preservação da empresa não há de prevalecer a qualquer custo. O presente pedido de recuperação judicial teve o seu processamento deferido por vislumbrar o juízo, na ocasião, aparência de regularidade que o autorizava a assim proceder.

Com efeito, o fundamento do Direito de Recuperação da Empresa é o de sanear a vida empresarial, eliminando empresas que tenham revelado incapacidade para permanecer no mercado e possam contaminar o andamento dos negócios. Visa precipuamente a verdadeira valorização da continuidade das atividades produtivas, só devendo ser elegível à recuperação aquela empresa que se mostre viável.

De logo, impõe-se destacar, no contexto do presente feito, que o fato de estar a requerente em recuperação judicial não impede a decretação de falência da empresa. E isto porque o propósito da recuperação judicial é dar uma última oportunidade à empresa de tentar se reorganizar e recuperar sua capacidade de operar normalmente. Contudo, se a empresa faltar a suas obrigações, é dever do julgador decretar a falência, a fim de não permitir maior instabilidade no mercado, com prejuízos muito maiores aos credores. A convalidação em falência, em geral, acontece justamente quando a empresa age com desídia com compromisso assumido frente ao Judiciário, deixando de cumprir, ao contrário do que se propusera, verdadeira inviabilidade econômica da empresa. Nos termos da art. 73 da Lei n.º 11.101/05:

Art. 73: "O juiz decretará a falência durante o processo de recuperação judicial:

"I - por deliberação da assembléia-geral de credores, na forma do art. 42 desta Lei;

II - pela não apresentação, pelo devedor, do plano de recuperação no prazo do art. 53 desta Lei;

III - quando não aplicado o disposto nos §§ 4º, 5º e 6º do art. 56 desta Lei, ou rejeitado o plano de

recuperação judicial proposto pelos credores, nos termos do

§ 7º do art. 56 e do art. 58-A desta Lei;

IV - por descumprimento de qualquer obrigação assumida no plano de recuperação, na forma do § 1º do art. 61 desta Lei.

V - por descumprimento dos parcelamentos referidos no art. 68 desta Lei ou da transação prevista no art. 10-C da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002; e

VI - quando identificado o esvaziamento patrimonial da devedora que implique liquidação substancial da empresa, em prejuízo de credores não sujeitos à recuperação judicial, inclusive as Fazendas Públicas."

Da extensa trajetória do presente feito recuperacional, verifica-se que a recuperanda não apresenta mais condições para seu soerguimento, tendo deixado de cumprir com sua função social, encontrando-se inativa.

Soma-se a isso, o fato de que a assembleia geral de credores não chegou a ser realizada em razão da desídia da recuperanda, que não tomou qualquer das medidas que lhe incumbiam para a sua realização. Logo, após um ano e meio do deferimento do processamento da recuperação judicial, o plano sequer foi levado à deliberação, pois a recuperanda não diligenciou a pagar as custas para realização da Assembleia.

Destaca-se o fato das inúmeras oportunidades dada à recuperanda para o efetivo desenvolvimento e êxito do feito. O pressuposto para a instauração de processo de falência é a insolvência jurídica, caracterizada a partir de situações objetivamente apontadas pelo ordenamento jurídico.

O Administrador Judicial, em suas manifestações nos autos, sobremaneira as folhas 9401/9482, noticia que todas as filiais da recuperanda se encontram fechadas, o que é corroborado pelas certidões de fls. 8.575, 8.694 e 8.695 e que outras empresas se estabeleceram nos locais, sendo na maioria delas uma grande rede de drogarias (fls 9431 e seguintes) - Droga News, havendo poucos imóveis com a destinação diversa ao objeto social da recuperanda. Acresce que houve a demissão de todo quadro de funcionários (fls. 9438) estando desprovida, por completo, a guarda e segurança dos bens, livros e documentos contábeis da empresa. Informa que deixou de proceder ao pagamento de seus honorários a partir da quarta parcela, deixando de pagar despesa relativa a recuperação judicial, descumprindo o artigo 94, II, da LFRE. Por fim, informa que a recuperanda descumpriu o dever de comunicar o encerramento de suas, na forma do art. 171, da LRE, pois omitiu informações relevantes, do mesmo modo como procedeu ao longo do procedimento de recuperação judicial.

Diante de toda narrativa, o Administrador Judicial conclui que com base no art. 73, VI c/c art. 94, inciso III, alínea "f" da Lei 11.101/05, a Recuperanda não cumpriu com o dever de confessar a falência e requereu a convalidação da Recuperação Judicial em Falência da Droga Galanti de Nova Iguaçu Ltda., com o lacre dos estabelecimentos da Recuperanda, bem como demais pedidos formulados as fls. 9445/9447.

As irregularidades noticiadas pelo Administrador Judicial não passaram despercebidas pelo cuidadoso membro do Parquet, que diante do encerramento da operação sem qualquer notícia, da rescisão do contrato com empregados, a recusa de prestar informações contábeis, o não recolhimento das custas para o edital para realização da Assembleia de credores induziria a convalidação da recuperação em falência, nos termos do art. 94, III, b da lei 11101/2005, sem prejuízo de sanções criminais dispostas no artigo 64, V da lei de referência.

O que se vê nestes autos, então, é que todo o fôlego judicialmente concedido à Requerente foi em vão. Não se pode mais permitir que ela permaneça sob a chancela judicial a praticar atos econômicos desordenadamente no mercado, criando prejuízos que podem afetar a credibilidade dos sistemas judicial e econômico.

Restou evidenciada a inviabilidade econômica das atividades desenvolvidas, diante do descumprimento das obrigações assumidas no plano recuperacional, incidindo-se, na espécie, as regras contidas no art. 61, §1º c/c art 73, IV e VI, 94,II da Lei 11.101/05.

Quanto aos sócios que hoje constam no contrato social da sociedade empresária DROGARIA GALANTI DE NOVA IGUAÇU LTDA., são eles diretamente responsáveis pelos atos que antecederam o estado de falência da empresa, devendo ser responsabilizados pela sua quebra. Em razão do acima exposto, nos termos c/c art do artigo 61, §1º, c/c 73, IV e VI e 94,II da Lei 11.101/05, nesta data, às 17:45h, CONVOLO em FALÊNCIA a recuperação judicial da DROGARIA GALANTI DE NOVA IGUAÇU LTDA

Com base no art. 99 da Lei 11.101/2005, determino o que se segue:

1) Fixa-se o termo legal da falência no nonagésimo dia anterior ao pedido de recuperação judicial, considerando a hipótese de não existência de protesto anterior; caso contrário, será o nonagésimo dia do primeiro protesto por falta de pagamento.

2) À Falida para que cumpra, em 5 (cinco) dias, o disposto no artigo 99, III, da Lei 11.101/05, trazendo a relação nominal dos credores atualizada, indicando o endereço, o valor, a natureza e a classificação dos créditos, bem como o edital (mídia digital - formato Word - MS), sob pena de prática de crime de desobediência.

Apresentada a relação nominal, determino ao cartório a imediata publicação do edital para o início da fase de verificação administrativa dos créditos perante o Administrador Judicial a quem deverão ser apresentadas as eventuais divergências ou habilitações de créditos, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da publicação do edital (art. 7º, § 1º, da Lei 11.101/05). Habilitações e impugnações ainda não julgadas CONVOLO-AS em tempestivas. Impugnações e habilitações julgadas deverão ir ao AJ para adequação do crédito à data da quebra. Habilitações em andamento seguirão os trâmites até o seu julgamento.

Quanto as novas Habilitações, considerando a possibilidade de o próprio Habilitante, por seu patrono, distribuir a sua HABILITAÇÃO DE CRÉDITO por dependência diretamente pelo site do TJRJ, sendo certo que a habilitação de crédito requer a formação de autos específicos, autônomos e individuais, atendendo aos pressupostos do art. 9º da Lei 11101/2005, os interessados/requerentes de HABILITAÇÕES DE CRÉDITO em geral para que promovam a distribuição de suas HABILITAÇÕES por dependência ao processo principal diretamente no espaço indicado para tal no sítio do TJRJ, informando o número do processo principal. HABILITAÇÕES DE CRÉDITO INCLUÍDAS DIRETAMENTE NO PROCESSO PRINCIPAL serão excluídas. Fica permitido pleitear junto ao Administrador Judicial habilitação, exclusão ou modificação de créditos, derivados da relação de trabalho, mas as ações de natureza trabalhista, inclusive as impugnações, serão processadas perante a justiça especializada até a apuração do respectivo crédito.

Caso sejam direcionadas equivocadamente para este juízo no prazo da referida fase, deverão ser excluídas, intimando-se por ato ordinatório os respectivos credores para que cumpram corretamente o determinado no citado dispositivo legal, sob pena de perda do prazo.

Defiro o pagamento de custas na forma do art. 84, III da Lei 11.101/2005, exceptuando-se a gratuidade de justiça conferida para a publicação do edital e cartas precatórias ou mandados para outros Municípios.

3) Atente os credores para o fato de que eventuais impugnações e habilitações de crédito



retardatárias, deverão ser distribuídas, por dependência diretamente no portal eletrônico, como incidentes do processo falimentar, e deverão ser processadas nos termos dos art. 13 e seguintes da Lei n.º 11.101/05, sendo vedado o direcionamento de petição para estes autos principais.

4) Determino que a Falida preste as declarações, nos termos do artigo 104 da Lei de Falências, sob pena de desobediência.

5) Os créditos habilitados serão pagos, em primeiro rateio, com juros e correção monetária, com base no IPC (artigo 27 da Lei 9.069), calculados até a data da quebra. Após a decretação da quebra incidirão somente correção monetária até o efetivo pagamento do crédito. Os juros legais incidentes após o decreto da quebra só serão pagos se o ativo da Massa comportar e depois do efetivo pagamento de todas as classes.

6) Mantenho a nomeação da pessoa jurídica MATUCH DE CARVALHO ADVOGADOS ASSOCIADOS, representado pelo advogado JULIO MATUCH DE CARVALHO, como Administrador Judicial, que desempenhará suas funções na forma do inciso III do caput do artigo 22 da Lei 11.101/05. Considerando que o processo de recuperação judicial não se confunde com o falimentar, determino a suspensão de qualquer pagamento ao administrador judicial quanto aos honorários fixados para este procedimento recuperacional, declarando estes como encerrados, sendo que eventuais valores já pagos servirão para remunerar o trabalho já desempenhado. Para o procedimento falimentar que se inicia, fixo a remuneração em 1,5% sobre o valor do patrimônio que vier a ser arrecado e efetivamente revertido em prol dos credores da massa, na forma do art. 24, §1º da Lei 11.101/2005.

Deverá apresentar a sua prestação de contas e de suas atividades, nos termos do art. 22, III, "p", da Lei no 11.101/05, que deverá receber nova autuação em apartado, com a juntada das futuras prestações nos mesmos autos, encerrando-se, por conseguinte, a prestação de contas da fase recuperacional. Cabe ao Administrador Judicial fornecer ao cartório mídia contendo todas as informações necessárias à publicação do edital previsto no art. 7º, § 2º, da lei falimentar.

7) Conforme determinado no art. 108 da Lei no 11.101/05, proceda-se à imediata arrecadação de todos os bens e documentos que se presumam ser de propriedade da falida, mediante auto de arrecadação e inventário, providenciando-se a avaliação, a cargo do Administrador Judicial ou realizada por profissional habilitado a ser indicado, podendo o administrador judicial utilizar as informações já apresentadas pela recuperanda na fase falimentar, cabendo atualizá-las. Na hipótese de qualquer dificuldade ou resistência, de qualquer natureza, em realizar a diligência ou encontrando-se os bens na iminência de sofrer qualquer risco de desaparecimento ou destruição, autorizo ao Administrador Judicial, de plano, o lacre do estabelecimento e o uso da força policial.

Autorizo, desde já, que os falidos fiquem como fiéis depositários dos bens encontrados. Diligências a serem realizados no endereços da falida, inclusive filiais, e que deverão ser acompanhadas pelo Administrador Judicial.

Defiro a Expedição de mandados de arrombamento e lacre por Oficial de Justiça, com a observação de serem cumpridos na presença do Administrador Judicial na sede da recuperanda e nas filiais 01, 02, 08, 11, 17 e 29, nos endereços indicados na manifestação de fls. 9494 e seguintes.

Defiro a expedição de cartas precatórias para as Comarcas de Petrópolis, Capital, Belford Roxo, Nilópolis e Niterói para cumprimento dos mandados de arrombamento de lacre nas demais filiais da recuperanda a serem cumpridas nos endereços na manifestação de fls. 9494 e seguintes.

Ao cartório: os mandados devem conter a informação de ser cumpridos na presença

do Administrador Judicial. Defiro a gratuidade de Justiça apenas para cumprimento das cartas precatórias ou mandados em outros Municípios.

Decreto a indisponibilidade dos veículos de propriedade da Drogaria Galanti de placas LTA-6128, KXX9D18, LMW2D15, KWP5018, LLW5521, LLZ8902, KXW8748 e LMV2I80. Oficie-se ao Detran/RJ. Neste ato registrei a indisponibilidade no SISBAJUD. (expediente de fls. 5.091-5099)

8) Visando facilitar e viabilizar as diligências do Administrador Judicial, determino o bloqueio de todas as contas bancárias da falida e que seja realizada a pesquisa no INFOJUD, junto à Receita Federal, solicitando as 5 (cinco) últimas declarações do imposto de renda e as declarações sobre obrigações imobiliárias (DOI). Defiro a busca para localização de ativos no SISBAJUD em nome da sociedade recuperanda e sócios e busca de relacionamentos existentes junto ao SNIPER em nome da sociedade recuperanda e sócios;

9) Determino a proibição da prática de qualquer ato de disposição ou oneração de bens do falido, submetendo-os preliminarmente à autorização judicial. Proíbo a prática de qualquer ato de disposição ou oneração de bens da falida e de seus respectivos sócios, submetendo-os, preliminarmente, à autorização judicial. Expeçam-se ofícios endereçado à JUCERJA e JUCEES, a fim de que procedam à anotação da falência no registro das devedoras, para que conste a expressão 'Falido', a data da decretação da falência e a inabilitação de que trata o art. 102 da Lei supra referida.

Oficie-se a JUCERJA para que envie todos os arquivamentos das empresas Droganews BFA de São João Ltda. CNPJ 47.401.006/0001-34; Droganews de Queimados Ltda. CNPJ 47.401.926/0001-52 e Droganews de Nova Iguaçu Ltda. CNPJ 47.403.736/0001-74, para que seja apurada existência de grupo econômico;

Oficie-se à JUCERJA todos os arquivamentos da empresa Admilanti Administração de Bens Próprios Ltda. inscrita no CNPJ nº 09.280.427/0001-65, de propriedade dos sócios da recuperanda.

10) Determino a suspensão de todas as ações e execuções contra o falido, ressalvadas as hipóteses previstas nos parágrafos 1º e 2º do art. 6º da Lei 11.101/05. Com fundamento no art. 104, inc. V, da Lei de Falências, ordeno a suspensão de todas as ações ou execuções movidas contra a falida, ressalvadas as hipóteses previstas nos §§ 1º e 2º do art. 6º da aludida Lei.

11) Ordeno que o Registro Público de Empresas e à Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil proceda às anotações como determina o art. 99, VIII, da Lei n.º 11.101/05.

12) Observando os princípios da celeridade processual e eficiência da prestação jurisdicional, evitando-se tumultos no regular andamento do feito, que precisa tramitar de forma rápida e eficaz, limito a intervenção dos credores e terceiros interessados nos autos falimentares, salvo quando determinado por lei, como por exemplo, apresentação de recursos. Qualquer requerimento estranho ao regular andamento do processo deverá ser apresentado em apartado, em procedimento incidental, dando-se vista às falidas, ao Administrador Judicial e ao Ministério Público, vindo os autos conclusos.

13) Cumpra o Chefe da Serventia o que determinam os incisos VIII, X e XIII, bem como o § 1º do artigo 99 da Lei de Falências e artigo 310 da Consolidação de Normas da Corregedoria Geral da Justiça/RJ, conforme Ordem de Serviço n.º 01/2016.

14) Estabeleço que o Cartório deverá:

a) responder a todos os ofícios encaminhados por outros juízos ou órgãos públicos solicitando informações sobre o presente feito, desde que estas não tenham caráter sigiloso;

b) autuar em separado, como requerimento incidental, todo pedido realizado pelos interessados que não se encontre efetivamente relacionado com o objeto principal da demanda falimentar, não estando, portanto, associado ao andamento da presente ação;

c) anotar na autuação, com o respectivo cadastro no sistema DCP, o nome do patrono dos interessados no feito, sempre que solicitado, criando um anexo com todos esses requerimentos e procurações, o qual deverá ser acautelado na serventia para eventual consulta, achando-se vinculado ao processo principal;

d) proceda-se a exclusão das petições de fls 9328/9340; 9346/9361; 9484/9585; 9492/9494; tendo em vista trata-se de habilitação. Exclua-se o parecer em duplicidade de fls. 8654/8687. Diante da duplicidade da petição de fls 8760/8871, exclua-se as petições de fls 8873/8875; 8986/8988; fls. 9099/9101 e fls. 9212/9.214.

e) Certifique o cartório, se houve o efetivo cumprimento da decisão de indexadores 8.124/8.127, itens 1 e 2, bem como cumprimento de diligências de fls. 7459/7465.

15) Conforme estabelece o artigo 99, § 3º da Lei nº 11.101/05, o Administrador Judicial deverá, no prazo de até 60 (sessenta) dias contados da nomeação, apresentar plano detalhado de realização dos ativos da sociedade e de seu sócio para o respectivo leilão.

16) Constatada a ausência de bens pelo Administrador Judicial, ouvido o Ministério Público, o juízo fixará o prazo de 10 (dez) dias para que os credores se manifestem sobre eventual interesse na continuidade do processo de falência às suas expensas, sob pena do reconhecimento da falência frustrada, conforme preconiza o art.144- A da Lei nº 11.101/05.

17) Fls. 9496/9555. Diante da falência decretada, habilite seu crédito na forma da lei e desta decisão.

18) Ao MP sobre petição de fls. 9560/9563 e 8760/8871.

19) Comuniquem-se eletronicamente às Fazendas Públicas, Federal e Fazendas Públicas federal do Estado do Rio de Janeiro, bem como de todos os Municípios em que as devedoras tiverem estabelecimento, para conhecimento da Falência.

20) Cumpridas todas as determinações, antes da remessa ao Parquet, junte-se as petições pendentes, bem como o agravo para que sejam prestadas informações.

P.I.

Dê-se ciência ao Ministério Público.

Nova Iguaçu, 09/08/2023.

**Simone Lopes da Costa - Juiz Titular**

Autos recebidos do MM. Dr. Juiz

Simone Lopes da Costa



Estado do Rio de Janeiro Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça

Comarca de Nova Iguaçu

Cartório da 4ª Vara Cível

Dr. Mário Guimarães, 968 CEP: 26255-230 - da Luz - Nova Iguaçu - RJ e-mail: nig04vciv@tjrj.jus.br



Em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Código de Autenticação: **4BUG.J5VS.5E79.NFP3**

Este código pode ser verificado em: [www.tjrj.jus.br](http://www.tjrj.jus.br) – Serviços – Validação de documentos

